



# DN OPINIÃO

## A escolha da escola e a equidade

Valter Lemos<sup>1</sup>, 05 dez2011

[http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=2166564&seccao=Convidados&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2166564&seccao=Convidados&page=-1)

Recentemente, o ministro da Educação anunciou a introdução da liberdade de escolha da escola. Nada esclareceu, no entanto, sobre a medida em concreto.

Atualmente já existe liberdade de escolha da escola. Os pais podem escolher até cinco escolas para inscreverem os seus filhos. Tal escolha só depende da existência de vaga, havendo critérios definidos para as prioridades. Assim fica sem se perceber muito bem o que quer dizer o ministro. Significa que quer alterar os atuais critérios de prioridade? Ou que quer dar a possibilidade a cada escola (pública) para fixar os seus critérios?

No primeiro caso estaremos a falar da liberdade já existente ainda que com outras prioridades, pelo que o anúncio seria mera retórica política sem substância. No segundo caso significaria a transferência de definição de prioridades, na frequência da escola pública, do ME para cada escola. Ora esta opção baseia-se na convicção de que a escola estabelece melhores critérios do que o ministério. Mas não parece existir qualquer evidência empírica (aspeto que o ministro enquanto académico devia valorar), quer nacional quer internacional, para tal asserção, e bem pelo contrário.

É evidente que os critérios dependem do objetivo que se pretende atingir. Habitualmente é referido o aproveitamento escolar. Mas, em Portugal (de acordo com o relatório PISA), uma criança de nível socioeconómico baixo tem três vezes menos possibilidades de atingir bons resultados em Matemática do que uma de nível socioeconómico alto e, assim, o critério dos resultados resulta numa estratificação pela origem social.

Creio, aliás, que é esse resultado que os defensores da chamada "liberdade de escolha" querem atingir. O argumento que usam é o da "promoção da competitividade" entre escolas, de onde decorreria "a melhoria do ensino". Propõe-se para isso que as escolas escolham os alunos. É, sem dúvida, a forma mais fácil, mais preguiçosa e também mais selvagem de "promover a competitividade". Qualquer liberal honesto dirá que se trata de um embuste. Porque o que promoveria a competitividade seria a possibilidade de recrutamento dos professores e de seleção dos recursos e sua utilização no contexto de uma estratégia própria e autónoma das escolas (e veremos o que acontece à possibilidade de recrutamento dos professores por algumas escolas introduzida pelos governos anteriores...).

---

<sup>1</sup> Ex-secretário de estado da educação e do emprego



Mas a escolha dos alunos coloca outras questões. Desde logo, os objetivos de equidade que a lei estabelece para o ensino básico. A liberdade de fixação de critérios é, em si mesma, um instrumento contra a equidade. Que escolas irão dar prioridade às crianças com necessidades especiais? E às etnias minoritárias? E aos alunos com baixo perfil cognitivo? O que acontecerá aos pais destas crianças? Andarão de escola em escola à procura de uma que os aceite? E nas regiões em que só há uma escola?

Evidentemente que todos sabemos que isto redundará na estratificação das escolas públicas, passando a haver escolas para ricos e escolas para pobres, para louros de olhos azuis e para negros, ciganos, etc., além do retorno à segregação das crianças com necessidades especiais (que aliás já está a dar sinais...), mas não deixará de haver uns "liceus de meninos bem" para filhos de "gente bem colocada" e da intelectualidade.

Vale a pena ver o que se passa noutros países e o que a OCDE diz sobre a escolha de escola. Até para que não se pense que a questão é somente doméstica. E convém recordar que a OCDE é uma organização de países de economia liberal (o que, ainda assim, não parece ser suficiente para o ministro Crato, a avaliar pelos seus comentários aos resultados dos estudos e indicadores da OCDE!).

Em 2007, a OCDE elaborou um relatório sobre a equidade na Educação no âmbito de 30 países membros, nos quais se inclui Portugal ("No More Failures: Ten Steps to Equity in Education"). Esse relatório diz o seguinte sobre a escolha de escola: "A seleção de alunos com base nos resultados escolares tende a criar maiores diferenças sociais entre as escolas. Aumenta também a ligação entre o nível socioeconómico e os resultados." E ainda: "Os governos às vezes permitem a escolha de escola pelos pais, por vezes até na perspetiva da equidade, mas isso de facto aumenta o risco de iniquidade porque os pais mais escolarizados têm possibilidade de fazer escolhas mais informadas. Em muitos países da OCDE a maior liberdade de escolha da escola está associada a maiores diferenças na composição das escolas."

O relatório mostra que a relação entre liberdade de escolha da escola e segregação escolar apresenta uma correlação muito elevada. Os países com mais liberdade de escolha são igualmente os que têm maior segregação escolar (Hungria, Bélgica, Itália, Holanda, Luxemburgo, Eslováquia e México), e os países com liberdade de escolha mais condicionada, sujeita à obrigatoriedade ou prioridade da residência, são os que apresentam menor segregação escolar (Islândia, Canadá, Noruega, Finlândia e Suécia). Portugal está sensivelmente na média (entre a Alemanha e a Dinamarca).